

Elementos Anarquistas no Cotidiano de Uma Organização Contemporânea: o Caso da Casa da Cultura Digital de Porto Alegre

Anarchist Elements in the Quotidian of a Contemporary Organization: the Case of the Casa da Cultura Digital of Porto Alegre

Carolina Dalla Chiesa¹, Neusa Rolita Cavedon¹

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil

Correspondência: Carolina Dalla Chiesa, Endereço: R. Washington Luis, 855, Centro, CEP.: 90.010-460, Porto Alegre, RS, Brasil, Tel: 55 51 3316-3536. E-mail: carolinadallachiesa@gmail.com

Recebido: 17 de Fevereiro de 2015 Aceito: 03 de Novembro de 2015 Publicado: 07 de Março de 2016

Resumo

Neste trabalho, objetivamos evidenciar a presença de elementos anarquistas no cotidiano de uma organização que trabalha com cultura digital na cidade de Porto Alegre. Utilizamos o método etnográfico para aproximação com o universo empírico organizacional buscando a compreensão de significados que permeiam certa realidade cotidiana. Embasamos nossas reflexões, principalmente, no pensador anarquista, Proudhon e em alguns desdobramentos das teorizações do autor anarquista na área da Administração a exemplo da noção de autogestão. Para tanto, buscamos elementos passíveis de serem atrelados à doutrina anarquista, descrevendo a organização a partir de discursos e práticas que estão colocados na rejeição à hierarquia, à autoridade, na proeminência da pluralidade, na horizontalidade, na espontaneidade nas relações, bem como na crítica à ideia de ‘propriedade’, também através da expressão hacker da cultura digital tomada a partir do movimento do software livre, sobre o qual fazemos um pequeno resgate histórico com vistas a argumentar a relação entre anarquia e hackerativismo. Buscamos, com isso, contribuir para a aproximação da área com formas organizacionais não convencionais que revelam um modo de organizar informado por pressupostos afastados do mainstream administrativo.

Palavras-chave: Anarquia, etnografia, digital, hacker.

Abstract

In this article, we aim at evidencing the presence of anarchist elements in the quotidian of an organization that works on digital culture in the city of Porto Alegre. We utilized the ethnographic method in order to approximate the empirical realm aiming to the comprehension of meanings that permeate certain quotidian reality. We based our reflections mainly on the anarchist thinker, Proudhon and some unfolding of the anarchist's theories in the Management area bearing in mind the notion of self-management. For that, we search for elements that can be related to the anarchist doctrine by describing the organization from its discourses and practices that are visible in the rejection of hierarchy, authority, in the prominence of plurality, horizontality, in the spontaneity of the relationships, as well as in the critics regarding the idea of “property”, also through the hacker expression of the digital culture taken by the free software movement, of which we did a small historical recount in order to argue the relationship between anarchy and hackeractivism. With it, we aim to contribute to the approximation of the area with non conventional organizational forms, revealing a mode of organizing informed by some apart from administrative mainstream assumptions.

Keywords: Anarchy, ethnography, digital, hacker.

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0.

1. Introdução

Sole e Pham (2003) argumentam que a noção de “direção” presente no imaginário administrativo faz parte de um arquétipo do administrador que deseja prever, controlar, programar, coordenar à luz da racionalidade burocrática, gerir a incerteza, organizar a complexidade arrogantemente. Assim, os autores questionam o fato das organizações estarem mais atentas a manutenção de um arquétipo de dominação característico do *mainstream* da

Administração, do que apresentarem uma preocupação com as pessoas que atuam nessas organizações.

Em oposição a este arquétipo, podemos citar a doutrina anarquista que tem em Proudhon (1983; 2007a; 2007b) sua expressão clássica. Nesta doutrina, características como a rejeição à autoridade que não seja coletiva, a horizontalidade das relações, a ênfase na liberdade e espontaneidade do homem, os antagonismos, a pluralidade e a crítica à propriedade não-coletiva são centrais e embasam o que mais tarde veio a ser chamado de autogestão, em contraposição à heterogestão da organização burocrática (MOTTA, 1981).

Para Misoczky, Silva e Flores (2008) é difícil ver arranjos organizacionais fora do *mainstream* ou daquilo que é hegemônico. Também Rothschild-Whitt (1979) aponta que as teorias organizacionais mais se direcionam às organizações hierarquizadas e burocráticas, esquecendo das instituições alternativas, muitas delas embasadas em pressupostos anarquistas. Muito embora tenham se passado mais de trinta anos desta afirmação, pode-se dizer que ainda discute-se pouco sobre as organizações que fogem da conformação tradicional, na medida em que ainda se questiona se existe outra maneira de estar no mundo –em termos organizacionais - que não se limite ao arquétipo *mainstream* da Administração, especialmente, quando está em jogo a obtenção de ganhos monetários significativos sobrepujando inclusive aos demais objetivos organizacionais.

É nesta lacuna que este artigo se insere, desvelando com dados empíricos obtidos em uma pesquisa etnográfica, a organização chamada Casa da Cultura Digital (CCD), que se aproxima da doutrina anarquista em determinados aspectos ao buscar se afastar de autoridades, hierarquias, almejando a horizontalidade nas relações do grupo e questionando a propriedade privada intelectual em seus eventos. À luz de pesquisas sobre cooperativas, coletivos de trabalho, Economia Solidária, entre outros, podemos dizer que já foram ressaltados os elementos anarquistas presentes em organizações desse tipo principalmente tomando a via da autogestão, cuja gênese encontra-se em Proudhon (MOTTA, 1981). O que buscamos apresentar, além do que já foi exposto por outros trabalhos, é uma aproximação da cultura digital, por meio da discussão do *hacker*¹, com a proposta anarquista. Nesse sentido, determinados elementos da anarquia encontram a contemporaneidade tendo como pano de fundo certas expressões da cultura digital.

Sendo assim, o objetivo do artigo é identificar e discutir os aspectos passíveis de aproximação com a doutrina anarquista presentes na Casa da Cultura Digital. Para atingir esse objetivo três pontos principais serão abordados: a definição da CCD, sua forma de organização e os conteúdos veiculados em seus eventos, elementos esses que se sustentam uns aos outros e que mostram os significados envoltos na forma de ser da organização.

Para tanto, apresentamos o anarquismo com base em Proudhon (1983, 1988, 2007a, 2007b), bem como na ótica de Motta (1981), de modo a ressaltar alguns desdobramentos da anarquia no campo da Administração. Em seguida apresentamos o método e a inserção em campo e descrevemos os achados de campo buscando aproximá-los de aspectos do cotidiano que podem ser relacionados à anarquia em sua vertente proudhoniana.

A Casa da Cultura Digital possui atividades que se direcionam às iniciativas culturais e artísticas - fazendo uso preponderantemente do ambiente digital para serem realizadas - visando ampliar os conhecimentos sobre o “mundo digital”; ocupações urbanas; propriedade intelectual; arte e cultura em geral; o universo *hacker*, entre outras temáticas.

O aspecto para o qual esta pesquisa etnográfica se dirige é o cotidiano da organização no intuito de realizar uma descrição da realidade explorada, ou seja, a partir do que seus membros cotidianamente realizam. Cabe ressaltarmos que, para além de nossa intenção em aproximar aspectos da anarquia na organização abordada, buscamos compreender que significados estão sendo revelados em seus discursos e ações cotidianas. Assim, pretendemos contribuir para o campo dos estudos organizacionais com a discussão de organizações contemporâneas que revelam a busca por um trabalho “livre” onde a criatividade possa ser expressa, contrapondo-se às formas tradicionais de organizar, a partir de questionamentos que não são novos, mas que aparecem ressignificados por temáticas contemporâneas.

2. O Pensamento Anarquista de Pierre-Joseph Proudhon e Seus Desdobramentos

Antes de focar o pensamento proudhoniano, cabe ressaltar que, em termos gerais, o anarquismo é uma doutrina mal compreendida em razão da profusão de correntes e apropriações envoltas em estereótipos. Originalmente, a palavra *anarchos*, oriunda do grego, significa “sem governante” e foi utilizada como tal para sustentar que anarquistas são pessoas que buscam o caos (WOODCOCK, 2010). Porém, esta concepção não

¹ *Hacker* está sendo entendido a partir da visão de Lemos (2013) como um entusiasta, longe de uma visão estereotipada do sujeito anti-social aficionado pela microeletrônica. Ao contrário do especialista da modernidade, o *hacker* está mais próximo do *bricoleur* como um sujeito que sobrevive na pluralidade banal cotidiana. O *hacker* modifica e questiona os valores do sistema tecnocrático como uma forma de reapropriar-se de elementos culturais. As sociabilidades dele, desse modo, são construídas em torno da informática e da cultura digital, abrindo um círculo de relações que partilha desses significados.

corresponde ao objetivo desta doutrina.

O anarquismo advoga a negação da autoridade e, em particular, a negação do Estado, uma vez que pretende desmistificar a ideia de que a ordem é somente obtida pela centralização de um governo (MOTTA, 1981). Nem a centralização e nem a continuidade artificial de uma organização são necessárias, pois o que importa é a sobrevivência da atitude libertária. Como expõe Woodcock (2007, p. 17), “na verdade, as ideias básicas do anarquismo, com sua ênfase na liberdade e na espontaneidade, excluem a possibilidade de uma organização rígida [...]”, promovendo a horizontalidade nas relações sociais. Dadas as diferentes correntes anarquistas, nossa opção recai sobre a visão clássica e paradigmática de Proudhon (1983; 2007).

A proposta de Proudhon (1983) está embasada em alguns princípios filosóficos – um deles em torno da ideia de liberdade – que irão pautar fortemente suas considerações sobre a economia e a política. Esta noção de liberdade diz respeito à rejeição de uma condição econômica e moral que se sustente na sujeição dos homens. A liberdade, para Proudhon (1983, p. 25), é “essencialmente organizadora”, sendo esta organização pautada pela igualdade entre os homens, assim como “a liberdade é um direito absoluto, porque é para o homem, como a impenetrabilidade da matéria, uma condição *sine qua non* da existência” (PROUDHON, 1920, *apud* MOTTA 1981, p. 67).

No plano econômico, Proudhon rechaça a propriedade não-coletiva argumentando que ela é um roubo, dado que o valor nela produzido não é restituído a quem o produz (PROUDHON, 1983). Qualquer proeminência de autoridade embasada na ideia de superioridade do talento que venha a justificar a propriedade é também uma forma de pilhagem, tanto quanto a exploração do trabalho. A propriedade privada, por definição, exclui qualquer possibilidade de participação e de comunidade, uma vez que se trata do exercício autoritário embasado em uma ocupação pelo trabalho (PROUDHON, 2007b). Entretanto, cabe ressaltar, à luz das ponderações de Ferraz e Dias (2008), que um dos pressupostos para efetivação dessa sociedade autogestionária é a posse coletiva, o que não prescindiria do fim da propriedade privada.

Já no plano político, seu alvo é a burocracia, uma vez que esta aliena os sujeitos ao inverter o fluxo hierárquico, que passa a acontecer do topo para a base. Ao contrapor a burocracia, a propriedade privada e a autoridade, Proudhon (1983) advoga uma noção de justiça equitativa e distributiva, ao invés de uma justiça soberana. Sendo assim, em oposição à autoridade está a noção de liberdade que permitiria ao homem não ser subjugado e explorado em uma relação desigual, dado que a existência de autoridade pressupõe que em certa medida existe uma exploração imposta nas relações sociais.

Do ponto de vista proudhoniano, a sociedade não necessita que um homem governe outro, nem que leis sejam cristalizadas e institucionalizadas, pois a sociedade está em constante mutação, tal qual a natureza; e todo o homem que é investido de autoridade torna-se, em maior ou menor grau, um tirano. É por essa razão que a ideia de “ditadura do proletariado” ou o viés autoritário do comunismo era rejeitado pelos anarquistas (WOODCOCK, 2010). “A ideia de progresso substitui, na filosofia a do absoluto” (PROUDHON, 1983, p. 79), ou seja, a ideia de progresso da humanidade é uma negação do absoluto e de formas imutáveis que venham a comprometer o indivíduo libertário. Para ele, nada é fixo, constante e imutável.

Ser governado é ser, em cada operação, em cada transação, em cada movimento, notado, registrado, arrolado, tarifado, timbrado, medido, taxado, patenteado, licenciado, autorizado, apostilado, admoestado, estorvado, emendado, endireitado, corrigido (PROUDHON, 1983, p. 79).

Este excerto é uma acusação do poder opressivo do Estado, o qual não advém de si mesmo; advém da totalidade social na medida em que se torna depositário da força coletiva (ALMEIDA, 1983). Assim, seria ilusão esperar que um decreto governamental, ou a reforma do Estado venha a corrigir as desigualdades sociais, uma vez que sua crítica é direcionada à própria noção de Estado (PROUDHON, 2007). A comunidade (concebida como o sistema comunista) é também uma opressão para Proudhon (1983), pois ela viola a autonomia da consciência e a igualdade, oprimindo a espontaneidade do espírito, do coração e do livre arbítrio. Na prática, a forma de operar a sociedade pela anarquia, propõe que as autoridades dominadoras sejam “substituídas por secretariados coordenados” (WOODCOCK, 2010, p.35). Deste ponto, decorre que o trabalho coletivo e autônomo é o que importa - não o trabalho individual – pois, por meio dele realiza-se algo voltado ao conjunto da sociedade, na qual cada indivíduo toma parte igualmente.

O trabalho coletivo faz parte do que o autor chama de uma sociedade de homens livres, todos comprometidos com a “fidelidade, amizade, segurança, favor, troca [...]” (PROUDHON, 1983, p. 80). Esta afirmação encontra eco no fato de que, para Proudhon (1988), a vida humana somente é plena quando o amor, o trabalho e a comunhão social estão presentes. A sociedade ideal para ele, portanto, é aquela que contempla as características citadas.

O início da desobediência em relação à autoridade começa na procura das razões pelas quais existe algo como

uma vontade soberana. Esse processo de reflexão é o início de um protesto contra a autoridade, pois “desde este momento o homem se revoltou” (PROUDHON, 1983, p. 22), já que não se reconhece mais nenhuma autoridade quando o homem faz-se rei. Todos os dias, diz o referido pensador, aproximamo-nos da anarquia e da liberdade, pois em verdade, a sociedade é anárquica em si mesma. Qualquer ordem advinda de regras deve ter por base a organização espontânea da sociedade. Assim, a doutrina proudhoniana, com sua ênfase na espontaneidade, exclui estruturas que enrijeçam a vontade coletiva.

Costuma-se também relacionar Proudhon à temática da autogestão. Nesse sentido, um dos principais esforços feitos no Brasil de sintetização da proposta de Proudhon à luz do conceito de autogestão parte de Motta (1981) que considera Proudhon o “pai” da autogestão. Conforme aponta o referido autor, a autogestão tem suas raízes na proposta de Proudhon que, apesar de não utilizar o termo, fundamenta a ideia de uma sociedade organicamente autônoma, “cuja vida exige coordenação, mas não a hierarquização” (MOTTA, 1981, p. 201).

Segundo Motta (1981, p. 133) a autogestão proudhoniana é “um conjunto social de grupos autônomos associados tanto nas suas funções econômicas de produção quanto nas suas funções políticas”. Ao encontro disso, também aponta Bancal (1984, p. 23), que “a doutrina proudhoniana é autogestionada por ser pluralista, e pluralista por ser autogestionária”.

Este elemento pluralista da proposta anarquista proudhoniana fundamenta a noção de autogestão e serve como um princípio que rege as leis sociais. No extremo oposto ao pluralismo, está o princípio de unidade, que ignora os antagonismos no processo de desenvolvimento da sociedade (ALMEIDA, 1983). Tais antagonismos, entretanto, são fundamentais para construção de uma proposta autogestionária, na medida em que ao aceitá-los, é assumida a pluralidade da sociedade. Na leitura de Bancal (1984), a questão do pluralismo é fundamental para Proudhon a partir de uma crença que contempla múltiplas expressões, tanto de contestação quanto de concordância.

Cabe ressaltar que existem críticas sobre a obra de Proudhon, normalmente advindas de uma vertente marxista que considera o primeiro um conservador que opta por uma postura não-revolucionária (FERRAZ e DIAS, 2008). A crença de Proudhon é na liberdade do homem trabalhador como integrador social em busca do equilíbrio. Assim, seria possível a sociedade autogestionária pautada por um antagonismo de forças, refletido na competição produtiva, e não na luta armada (MOTTA, 1981).

Além das discussões sobre autogestão, a noção de “anarquia” foi apropriada pela Administração, mas sem fazer referência clara aos autores clássicos. Uma delas é o conceito de “anarquias organizadas” de Cohen, March e Olsen (1972) construída a partir de noções *behavioristas* que entendem essa configuração como uma forma de lidar com as ambiguidades do ambiente organizacional (MICHEL e PONDY, 1977). Esse modelo de processo de decisão tem três principais características: as preferências problemáticas, tecnologia pouco clara e participação fluida. Delas decorrem outras características relacionadas, por exemplo, à falta de clareza dos limites organizacionais, à frouxidão das relações e às decisões que podem mudar inesperadamente. No Brasil, o estudo de Hardy e Fachin (2000) discute a anarquia organizada tendo por campo empírico uma universidade federal brasileira.

Cumprir destacar diferenças da “anarquia organizada” em relação à proposta anarquista de Proudhon, na medida em que este propunha uma doutrina em que a autoridade não seria necessária. Logo, a existência de um tomador de decisões no modelo de Cohen et al (1972) não parece ser compatível com o termo “anarquista”. Por mais que não seja o objetivo dos autores fazer uma apropriação da doutrina anarquista, o uso do termo pode demonstrar uma tentativa de visualizar elementos “anárquicos” no ambiente organizacional sem considerar aspectos centrais da doutrina, como a questão da rejeição da autoridade e o fato de que a experimentação permanente, que revela as inconsistências, não são aspectos a serem mitigados.

3. Anarquia por Meio do Ativismo Hacker

Sugerimos que uma das expressões através das quais Proudhon permanece atual encontra-se no papel questionador da cultura digital por meio do ativismo *hacker*, que se encontra no âmbito dos *softwares*, *hardwares*, do ciberespaço e mesmo nos usos espaço público, como será posteriormente demonstrado. Para Lemos (2013), o *hacking* – a prática do *hacker* – é o maior símbolo da cibercultura, a qual se atrela à “contracultura”. O sujeito *hacker*, nascido da contracultura dos anos 1970, representa um *outsider*, um desvio (BECKER, 2008) no uso das tecnologias da informação. Ele toma o instrumento e a técnica para trabalhar criativamente nela, rejeitando a burocracia, instituições e o fechamento dos códigos de programas computacionais por parte das grandes empresas de *softwares* criadas a partir da década de 1980. O exercício criativo sobre a matéria é um dos pressupostos do trabalho libertador para Proudhon (1983), pois se trata de uma ação inteligente sobre a matéria. Nesse sentido, argumentamos que a possível relação entre Proudhon e o *hackeamento* de *softwares* e *hardwares* está calcado na representação de uma ação que não toma algo como

dado, mas busca modificá-lo, muitas vezes, somente pela paixão do trabalho de reapropriação da matéria em si mesma. O fato de o *hacker* também não aceitar um código fechado, buscando aprimorá-lo e modificá-lo coletivamente trata-se de uma atitude libertadora através de seu trabalho, a qual resgatamos na sequência.

É a partir da etnografia de Himanen (2001) - filósofo que estudou a comunidade *hacker* propondo que sua ética de trabalho é uma contraposição da ética protestante e capitalista weberiana – que compreendemos o *hacker* como um entusiasta, em primeiro lugar, podendo ou não estar conectado ao computador. E assim sendo, podemos compreender a noção de *hacker* estendendo-se a outros âmbitos, como as ocupações urbanas da cidade, e propondo a ressignificações e reapropriações de algo imposto.

O *hackeamento* de algo, portanto, pode ser levado ao âmbito dos produtos intelectuais (como um *software*), bem como aos bens culturais, onde a questão da propriedade privada intelectual também se impõe. A crítica do *hacker* nesse sentido iniciou quando os códigos de programação passaram por um processo de fechamento por grandes empresas e submetidos às leis da licença de uso *copyright*, evitando que pudessem ser aprimorados coletivamente (COLEMAN, 2010). Em contraposição, foi criada a licença de uso *copyleft*², isto após uma série de licenças contrárias à lógica do direito autoral, permitindo que os bens fossem copiados, distribuídos e modificados coletivamente. A lógica do direito autoral refere-se ao controle do conhecimento e da produção intelectual por meio de leis que restringem o uso e favorecem as corporações, limitando a perspectiva de utilização do usuário.

Na esteira do fechamento dos códigos computacionais, surge o movimento do *software livre* opondo-se às políticas de propriedade privada intelectual e reforçando uma ética do trabalho coletivo, do compartilhamento e da colaboração (COLEMAN, 2010). Em suma, o argumento para libertação dos *softwares* centrava-se na importância do trabalho coletivo para aprimoramento de um produto cuja serventia também é pública. Mesmo em existindo certo tipo de autoridade na construção dos produtos computacionais – principalmente pelo conhecimento técnico – a proposta do movimento do *software livre* contrapunha-se à propriedade privada por meio da crítica à propriedade intelectual. As propostas veiculadas com os manifestos de *software livre* advogavam uma lógica de liberdade ao invés da restrição do *copyright* e buscavam resistir ao fechamento dos códigos, mesmo que essa posição política – na visão de Coleman (2010) – seja mais reduzida na atualidade.

Cumpramos observar uma pequena distinção entre *software livre* e o movimento *Open Source* (código aberto). Ambos preocupam-se com o mesmo *software*, porém, enquanto que o primeiro busca garantir a liberdade total do usuário pautado por uma premissa moral da liberdade, o segundo preocupa-se mais com a dimensão pragmática e técnica do produto. Ou seja, nem sempre um *software* de código aberto acompanha diretrizes do *software livre*, pois ele pode apenas estar aberto e não garantir liberdades de distribuição, comercialização e modificação. Trata-se de uma diferença ideológica, muito embora o público de ambos seja semelhante e permeie discussões sobre o *hackerativismo*.

Uma vez que a paixão do *hacker* está calcada no aprimoramento do código coletivamente através de seu trabalho, encontramos eco desta visão em Proudhon (1988), para quem a vida humana somente é plena quando o amor, o trabalho e a comunhão social coletiva estão presentes. Como aponta Himanen (2001), no caso do *hacker*, mais que o trabalho em si, o que pauta as relações sociais é a paixão pela liberdade, aperfeiçoamento e depuração de erros coletivamente, o que produz um bem, ao fim, que é de natureza coletiva.

A relação que podemos fazer entre a expressão *hacker* com a anarquia acontece tanto a partir da valorização e paixão pelo trabalho – condicionado a uma técnica computacional - quanto pela rejeição à propriedade privada que se constitui em um roubo, uma ação autoritária que subjuga os homens e restringe suas liberdades, espontaneidades e autonomias. Com isso, o viés ativista do *hacker*, por vezes chamados de “novos rebeldes” (MEDEIROS, 2002, p. 3), de “quebrar o sistema” e instaurar uma alternativa à hegemonia de grandes empresas, tem significados que se interpõem no cotidiano de organizações como a que exploraremos neste trabalho a partir dos dados empíricos. Deve ainda ser ressaltada a inadequação da doutrina anarquista a uma realidade moderna capitalista weberiana, mesmo que ideal-típica. A sugestão de que o *hackerativismo* contrapõe a ética protestante a partir do que Himanen (2001) chama de “ética *hacker*” pode ser analogamente uma releitura anarquista a partir de novas expressões, contemporaneamente situadas, inclusive dentro de realidades organizacionais como a explorada após a seção do método.

4. Método

Optamos pela etnografia, tendo em vista o pressuposto de que para compreender as práticas e seus significados

² Termo criado em oposição ao *copyright* com o trocadilho de *right* (direito) e *left* (esquerdo), de maneira a representar um oposto. Trata-se de uma forma de utilizar a legislação de direitos autorais com o intuito de retirar barreiras de uso, difusão e modificação de obras intelectuais. O *copyleft* tem a regra básica de permitir que um usuário possa copiar e distribuir a obra tendo por premissa de disseminação do conhecimento.

construídos no cotidiano, é necessário participar delas, não apenas como um ouvinte externo, mas como alguém densamente inserido nas atividades de uma determinada comunidade, sociedade, organização, etc. Nos estudos organizacionais, o uso da etnografia está incorporado no contexto brasileiro como mostram outros trabalhos (OLIVEIRA; CAVEDON, 2013; CAVEDON, 2010, 2011; ALCADIPANI; ROSA, 2010; JAIME JÚNIOR, 2002) só para citar alguns.

A etnografia é um método oriundo da Antropologia e entendido por Clifford (2011) como o envolvimento que o observador tem diretamente com os participantes de sua pesquisa. “A experiência etnográfica pode ser encarada como a construção de um mundo comum de significados, a partir de estilos intuitivos de sentimento, percepção e inferências” (CLIFFORD, 2011, p. 34). Para tal atividade ser possível, usam-se pistas, traços, gestos e restos de sentidos advindos da experiência, que dão subsídio para as interpretações, e que possibilitam uma descrição densa (GEERTZ, 2008).

As técnicas utilizadas foram: observação participante e entrevistas semi-estruturadas, sendo que a observação participante ocorreu inclusive em meio digital, com o auxílio das reflexões de Beneito-Montagut (2011). O referido autor aponta que a etnografia conduzida em meio *online* deve estar direcionada ao usuário de determinada plataforma de Internet, de forma a considerar a vida cotidiana na “rede”, bem como as emoções expressas pelos usuários. No caso deste trabalho, as plataformas de Internet consideradas para o estudo são aquelas utilizadas pelos membros da organização: *e-mails* e o *Facebook* (rede social da Internet para conectar pessoas e grupos), principalmente.

Sobre a observação participante, Clifford (2011) ressalta que ela serve como um contínuo vai e vem entre o interior e o exterior dos acontecimentos em que a autoridade experiencial está embasada na “sensibilidade” de quem, acima de qualquer hipótese, “estava lá”. Em suma, significa participar do ambiente em questão não pretendendo tornar-se o “outro”, mas estar de tal modo imbricado com o campo, a ponto de entender os significados atribuídos pelos pesquisados aos aspectos que integram aquela realidade.

A participação em campo ocorreu pela presença de uma das pesquisadoras deste estudo, que está identificada ao longo do texto como Maria, cuja aproximação iniciou ao final do mês de dezembro de 2012, continuando ao longo do ano de 2013, até final de novembro deste mesmo ano. Todas as aproximações e vivências em campo foram registradas em diários de campo - como sugere o método etnográfico (MALINOWSKI, 1984) - totalizando cinquenta e cinco ao todo.

Cabe ressaltar que a inserção em campo foi facilitada, dado o prévio envolvimento de Maria com os sujeitos da pesquisa e com a trajetória da organização. Durante o tempo de inserção em campo, Maria participou dos eventos da organização, suas reuniões, encontros formais e informais, bastante pautados pela sociabilidade do grupo. Nas atividades da organização, Maria tomava parte em tarefas conforme a necessidade que o grupo apresentava. Assim, sua participação ao longo deste tempo foi bastante intensa possibilitando compreender os significados que estavam envoltos nas práticas e discursos dos membros da CCD.

A respeito das entrevistas, Minayo (2004) ressalta o objetivo de buscar informações que sejam pertinentes para certo objeto de pesquisa, podendo apontar dados secundários e primários, respectivamente, mais ou menos subjetivos. No caso da entrevista semi-estruturada seguimos este direcionamento: [...] “combina perguntas fechadas e abertas em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2004, p. 64).

Optamos pela entrevista semi-estruturada como forma de obtermos determinados esclarecimentos pertinentes à pesquisa, quais sejam, o entendimento dos participantes sobre suas próprias atividades. Realizamos entrevistas em março e novembro de 2013 com todos os integrantes da Casa da Cultura Digital, na época, dez ao todo. O tempo médio de cada entrevista foi de uma hora, e foram levadas a efeito, em sua maioria, em espaços próximos à Casa da Cultura Digital. O nome da organização foi mantido no original, mediante autorização dos participantes, que por sua vez, tiveram seus nomes modificados neste trabalho.

Antes de expormos os dados de campo, cabe destacar que o recorte escolhido para efeito de descrição e análise foi o cotidiano da organização. A análise dos dados contempla a interlocução entre a base teórica e os achados empíricos, num contexto onde a fala das pesquisadoras se intercrusa com a fala dos pesquisados com base em um pressuposto dialógico (BAKHTIN, 1992).

Para tanto, privilegiamos aspectos empíricos a serem descritos que possibilitam relacionar o campo à proposta anarquista, começando pela questão da definição da Casa da Cultura Digital, permeada pela tentativa de pluralizar através da manutenção de sua indefinição. Após, exploramos características da sua forma de organização a partir da rejeição à autoridade e hierarquia e, por fim, apresentamos alguns eventos realizados pela CCD que revelam elementos da proposta anarquista.

5. A Casa da Cultura Digital e a Questão de Sua Indefinição

A Casa da Cultura Digital (CCD) é uma organização que existe há aproximadamente três anos em São Paulo e ganhou uma sede no centro da cidade de Porto Alegre em setembro de 2012. Além de Porto Alegre e São Paulo, existem mais 4 CCD no Brasil criadas recentemente: mais duas em São Paulo, uma em Campinas e outra em Belém do Pará. Em Porto Alegre, a CCD foi abrigada por outra casa de cultura³ - durante um ano aproximadamente - uma instituição que funciona em um prédio antigo de Porto Alegre, conhecida na cidade pelas suas contribuições na promoção de iniciativas voltadas às artes, música, literatura, entre outras, em sua maioria, gratuitas. Recentemente, a CCD se mudou e passou a ocupar um casarão antigo em outro bairro da cidade.

O surgimento da CCD veio ancorado por uma proposta de inclusão de públicos voltados às tecnologias digitais e à participação em uma agenda cultural que se alimenta e se organiza pelo meio digital. Sendo assim, as ações da CCD, em geral, promovem a cultura digital como meio e como fim de suas ações. Como meio, identificamos a organização interna de seus projetos através do universo digital⁴; como fim, vislumbramos ações que objetivam informar a sociedade sobre o que é cultura digital e onde ela se manifesta no cotidiano. Além disso, os eventos promovidos ao longo de 2013 se pautaram pela discussão de temáticas como a propriedade privada intelectual, ocupações urbanas, arte e cultura em geral, o universo *hacker*, questões sobre o público LGBT⁵, entre outras temáticas que normalmente são permeadas pelo questionamento do que é considerado tradicional.

A noção de cultura digital abarca temáticas que envolvem a interação nas redes, licenças abertas para registro de obras autorais e artísticas, arte com uso de ferramentas digitais, uso cotidiano do meio digital, o *hacker*, entre outros assuntos. De modo geral, as discussões sobre cultura digital nascem com o uso do ciberespaço (LEMONS, 2012), uma vez que se trata de um “mundo” que se concretiza através de tecnologias informacionais. Esse mundo pode ser visto da perspectiva do trabalho, do lazer, da sociabilidade, uma vez que as interações em rede são reais e, por esta razão, a dicotomia real *versus* virtual não encontra sustentação (LÉVY, 2008).

A sala ocupada até outubro de 2013 pela CCD achava-se bastante exposta em razão de uma das paredes ser de vidro e ter inscrições, identificando tanto o espaço em si, quanto a forma pela qual as práticas ali eram realizadas. A sala cedida para a CCD compreendia mesas, cadeiras, estantes, resultados de intervenções culturais na cidade e uma série de objetos que compunham o lugar. Os objetos eram e continuam sendo levados pessoalmente pelos integrantes da CCD cujo vínculo com a organização é voluntário e não-remunerado, exceto por projetos específicos que são revertidos em remuneração para a organização e seus membros.

Cabe notar que os sujeitos participantes são, em geral, profissionais da área de cultura ou comunicação digital, jornalismo, *design*, gestores de projetos culturais e que se utilizam dos meios digitais para concretizarem seus trabalhos. Ao longo das participações em campo, Maria ouvia frequentemente as pessoas afirmarem de diferentes formas que se identificam com modos de trabalhar criativos, pouco hierárquicos e que promovam a liberdade nas decisões concernentes aos seus projetos como mostra o excerto de diário de campo (em 05 de julho de 2013):

Juliana disse que na CCD cada pessoa pode ter uma opinião diferente sobre o que é feito e que dificilmente as pessoas entram em consenso lá. “A única coisa que nos mantém unidos é o interesse pela cultura digital”. Ela continua depois: “na CCD é tudo horizontal, então você não tem que ficar pedindo permissão pra fazer qualquer coisa”.

Cabe considerar, entretanto, que existem divergências entre os membros sobre a definição da organização, a ponto de tornar-se um consenso que ela não deve ser definida. Ao questionarmos o que é a CCD, a resposta obtida pode ser: “tem meia hora pra eu te explicar?” (Amanda. Excerto de diário de campo em 16 de janeiro de 2013). Essa questão frequentemente ocorria, pois como naquele momento a ocupação física situava-se em uma sala que chamava a atenção das pessoas que por ali passavam, sempre havia novos entrantes, buscando entender o que é a CCD.

Aí a gente começou a falar muito, e nessa necessidade de ter que falar da CCD a gente questionava o que é a CCD, porque ninguém consegue entender o que é a Casa da Cultura Digital. A gente começou a ter essa ânsia de dizer o que é a CCD, até porque as pessoas podem começar a dizer pra gente o que nós somos, e isso também é difícil. As pessoas começam a falar o que tu é e tu não sabe o que tu não é. Aí eu disse tá, a gente não sabe o que é, mas não tem problema não saber o que é (Luis. Excerto de entrevista em 08 de março de 2013).

³ A casa de cultura que abriga a CCD teve seu nome suprimido neste trabalho para preservar sua identidade.

⁴ Neste âmbito, da cultura digital como meio para realização dos projetos da CCD, estão sendo considerados elementos do ciberespaço como: páginas *online*, *blogs*, Redes Sociais como *Facebook*, *Twitter*, que objetivam conectar pessoas na Internet.

⁵ Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

A identidade da organização, no sentido de ter uma definição fixa, é objeto das discussões entre seus integrantes com frequência. Uma vez que eles compreendem não haver problema em não saber exatamente o que é a CCD, de modo mais amplo, um dos aspectos em experimentação constante é a própria definição da organização. As divergências, os diferentes interesses e a mutabilidade da organização, nesse sentido, são aquilo que caracterizam a CCD. Neste ponto, cabe retomar a ideia de que, para Proudhon (1983), o progresso da humanidade é uma negação do absoluto e de formas imutáveis que venham a comprometer o indivíduo libertário. Se nada é fixo, constante e imutável, neste caso, nem mesmo a definição de uma organização, portanto, o seria.

Não precisa de uma definição. Eu acho que a definição limita né. A gente é diferente a cada mês que passa. Tipo era uma coisa e é hoje outra, a gente é diferente do passado, nosso comportamento com relacionamentos é diferente do passado. A gente não é sempre a mesma coisa. Como é que eu vou me definir? [...] As coisas mudam, as coisas são mutantes e a CCD também. Não tem porque definir. A CCD é o que ela é daquele jeito. Ninguém nunca vai ter um rótulo, CCD tal coisa, um *slogan*. Acho que não combina *slogan* com a CCD (Amanda. Excerto de entrevista em 09 de novembro de 2013).

A indefinição da organização é ainda expressa ao ser comparada com outras organizações/empresas. Mesmo que a noção de estratégia (que inclui elementos como missão, visão e valores) possa mudar conforme o contexto da organização, na CCD, a simples definição desses pressupostos da atividade administrativa não é vista com bons olhos, como exemplifica o excerto abaixo. Além da repulsa à definição em si, a rejeição desses elementos embasa-se na crença de que, por serem adequados às empresas com fins lucrativos, portanto, não são adequados à CCD.

Eu sou super contra botar missão, visão essas coisas... a gente tem o que nos une, são esses conceitos, essas coisas em comum que são muito vagas e que no momento que forem explícitas e definidas elas perdem sentido. É a mesma coisa... no momento que a gente for ter que dizer isso, assim, parece que a gente tá impondo. A gente é assim porque a gente é (Leandro. Excerto de entrevista em 19 de novembro de 2013).

De certo modo, a liberdade absoluta pretendida por Proudhon (1983) é vista, no limite, em face ao desejo da organização de não se definir. A espontaneidade do ser coletivo, bem como a pluralidade - fundamentais na proposta de Proudhon (1983) – são identificadas na CCD quando a tentativa de defini-la esbarra na busca por mantê-la flexível e plural aos interesses variados de seus membros. Por outro lado, a não-definição, em si mesma, pode ser vista como uma definição, de modo que a organização se fixa em uma forma de trabalhar pautada por elementos que expressam essa vontade de mudar e pluralizar. Vários são esses elementos, porém, enfocamos os que mais dizem respeito à anarquia: a rejeição da autoridade e hierarquia presente tanto em suas práticas organizativas quanto discursos.

6. Rejeição da Autoridade e da Hierarquia na Forma de se Organizar

A noção de liberdade proudhoniana é ao mesmo tempo uma rejeição à sujeição dos homens perante outros, e entendida como um atributo essencialmente organizador da realidade (PROUDHON, 1983), de tal modo que não seja necessária a autoridade de um governo que controle, autorize ou corrija o comportamento dos cidadãos. Tal rejeição às formas de autoridade não-coletivas é expressa em direção ao Estado. Porém, quando trazemos essa noção para o âmbito organizacional, mesmo que não dirigida ao controle estatal, ela pode se expressar na rejeição à hierarquia.

Estávamos na CCD e chegou uma pessoa pela janela perguntando: “quem é o diretor ou presidente? Eu gostaria de falar com ele”. Bruno atendeu a pessoa e disse: “moça, aqui não tem diretor ou presidente.” E ela revidou: “então eu queria falar com o coordenador.” Bruno respondeu: “também não tem coordenador. Se tu quiser pode falar comigo mesmo.” Seguiu-se então a conversa entre a moça e Bruno. Mas, aparentemente, a moça não entendeu o que Bruno quis dizer (Excerto de diário de campo em 08 de maio de 2013).

O processo de reflexão sobre a natureza da autoridade é para Proudhon a raiz do questionamento, pois “desde este momento o homem se revoltou” (PROUDHON, 1983, p. 22). Cada pessoa na CCD expressa essa rejeição de diferentes formas, por meio de práticas organizativas, mas também pelo discurso nos eventos propostos pelo grupo. Em uma das oficinas sobre cultura digital realizada pela CCD, os membros apresentaram-se como tendo “demitido seus chefes” ao longo de sua trajetória de vida. Essa frase vem à tona para expressar que não somente na CCD, como também em suas vidas pessoais e profissionais, a rejeição à autoridade está presente.

Na CCD, a hierarquia é sinônimo de autoridade e, assim sendo, dificilmente se observa a presença desta relação no universo da organização, pois a hierarquia está suprimida na utopia de uma horizontalidade total das relações do grupo. Cabe notar que, para Passeti (2003), a horizontalidade nas relações sociais é uma das características da anarquia.

É um grupo aberto, quer ser horizontal, não faz sentido querer usar procedimentos de empresa pra demitir pessoas.

A gente não quer demitir, a pessoa tem que... a gente não demite ou contrata alguém. A gente aceita ou não no grupo. A gente convida a entrar ou convida a sair (Leandro. Excerto de entrevista em 19 de novembro de 2013).

A forma de aceitar ou não alguém no grupo existe de acordo com determinadas regras e valores compartilhados, porém, envolta em informalidades e contraposta novamente à lógica das empresas. Tal qual a indefinição do que vem a ser a organização CCD, as práticas organizativas se pautam pela contraposição ao que se entende por um sistema burocrático. De certo modo, a CCD busca estabelecer-se como uma alternativa às formas de organização encontradas por seus integrantes em outros âmbitos.

Entretanto, o fato de os membros da CCD expressarem rejeição à autoridade não significa que inexistam o controle, dado que ele pode estar disperso expressando-se implicitamente. Também não significa que não existam autoridades investidas para realização de determinadas tarefas. Porém, a diferença reside novamente na espontaneidade que investe a autoridade não por uma função *a priori*, ou pela estrutura, mas normalmente pela tarefa que se impõe ao grupo, reiterando aspectos da “autogestão”, cuja base é anarquista (MOTTA, 1981).

Ao analisar organizações chamadas de alternativas, Rothschild-Whitt (1979) aponta que uma das suas principais características reside na questão da **autoridade** que, neste caso, embasa-se não no indivíduo, mas na coletividade como um todo, algo que vem ao encontro daquilo que ocorre na CCD. Ou seja, a autoridade não deixa de existir na organização coletivista, ela apenas é informada por um princípio diferente, pois seu processo de decisão aproxima-se do consenso e da tentativa de homogeneidade. Tal qual ocorre com os anarquistas, diz Rothschild-Whitt (1979), a organização de certo modo busca implodir hierarquias, pois todos os membros participam dos problemas e das soluções em um mesmo nível. Assim, não seria necessária a sujeição de um sobre outro, e a tarefa executada impor-se-ia na liberdade de ação do homem (PROUDHON, 1983), como exemplifica a situação exposta abaixo referente a um bloco de carnaval da CCD, evento realizado em fevereiro de 2013.

Então, eu, Júlia, Laura e outras pessoas perguntavam ao Luis, que criou o roteiro e parecia sem muita preocupação em organizar, qual era a rota. Creio que ninguém sabia muito como as coisas iriam acontecer, mas a movimentação praticamente se auto-organizava e as pessoas seguiam os instrumentos musicais. Quando alguém descobria o roteiro passava a informação para outras pessoas e essas pessoas se encarregavam por conta própria de conduzir a “massa” ao seu destino (Excerto de diário de campo em 17 de fevereiro de 2013).

Em se tratando de uma organização cujas atividades são, na maior parte das vezes, organizadas à distância, via Internet, suas práticas cotidianas (CERTEAU, 2002) também acontecem no ambiente *online* reiterando valores compartilhados semelhantes aos apresentados até aqui. Também a auto-atribuição de tarefas cotidianas organicamente, o compartilhamento coletivo de informações e o pressuposto da horizontalidade estão presentes.

A CCD faz as divulgações de eventos pela sua página da *web* “institucionalmente”, mas, além disso, cada pessoa individualmente faz a divulgação também, sem que isso tenha sido dito a ninguém ou cobrado, pois eles entendem que, se o que se quer é que mais pessoas venham nos eventos, então, a divulgação deve ser ampla e não necessariamente contempla as mídias tradicionais (Excerto de Diário de Campo em 12 de agosto de 2013).

O uso do ciberespaço como articulador de atividades e, em grande medida, organizador não é aqui compreendido como uma instância em separado dos eventos “físicos”, dado que “o ciberespaço só existe se estiver apoiado na realidade das materialidades cotidianas” (REYES, 2005, p. 58). Como aponta Reyes (2005), trata-se de uma recursividade entre o digital e o não-digital ampliando as possibilidades uma da outra. Não se trata de uma separação de planos da realidade, mas de uma aceleração dos processos comunicacionais interpondo-se no cotidiano organizacional. Cabe pontuar que a razão de grande parte das atividades ser feita em ambiente *online*, advém também do fato de que todos os membros da CCD são voluntários e nem sempre estão reunidos. Portanto, o uso principalmente de *e-mails* e *Facebook* possibilita que o grupo possa trabalhar à distância e organizar suas atividades, como preparação dos eventos, articulação, divisão de tarefas, divulgação e debates, em geral acompanhados da sociabilidade (SIMMEL, 2006) do grupo.

Utilizar o digital como forma de organizar as atividades da CCD representa não somente uma ferramenta, mas também pauta as discussões dos eventos onde seus membros defendem uma Internet mais livre, aberta e não controlada por grandes corporações. Essas críticas, que são expressas pelos integrantes, serão abordadas no item seguinte à luz do ativismo *hacker*.

Cabe, entretanto, comentar que o uso do *Facebook* como forma de organizar-se à distância é incoerente com as discussões que buscam uma Internet livre, uma vez que esta ferramenta é controlada por uma grande corporação que visa ao lucro. Essa incoerência foi ressaltada por membros da CCD em diversos momentos, como na ocasião do *Fórum Internacional do Software Livre* – ocorrido em Porto Alegre em julho de 2013 – onde, em uma roda de discussão – foi ressaltado o fato de que iniciativas que buscam a liberdade na Internet não deveriam estar no *Facebook*. Porém, para além da discussão em si, nenhuma ação concreta foi tomada, o que revela de certo modo uma conformação com a situação.

Contudo, podemos observar que as discussões relativas à possibilidade de realizar um trabalho pautado pela criatividade e liberdade são recursivas, entre o digital e o não-digital. Por mais que essas intenções sejam utópicas (na medida em que o grupo permanece em um ambiente digital controlado por uma corporação), o que pauta essa utopia é a crítica à autoridade e ao cerceamento das liberdades do homem⁶ buscando, com isso, pluralizar, horizontalizar e abrir espaço para a espontaneidade; todos esses, elementos que podem ser encontrados na obra de Proudhon (1983; 2007a; 2007b).

Uma das implicações da tentativa da forma de ser anárquica da CCD – expressa na rejeição à hierarquia, à autoridade e a utopia da horizontalidade – é o fato de que as fronteiras da organização não são claras para quem está de fora dela; não existem formalidades para se integrar à CCD, uma vez que o nível de participação das pessoas varia bastante de evento para evento, de mês a mês, por razões diversas, desde assuntos pessoais até desinteresse confesso na atividade que a CCD está realizando em determinado momento.

Podemos dizer que a liberdade total e a expansão da autonomia do homem pretendida por Proudhon (1983), na forma de uma organização, se expressam na rejeição de hierarquias, de autoridades, na fluidez das fronteiras, da participação dos membros e nas poucas definições formais, o que não significa que inexistam responsabilidade e coordenação sobre os trabalhos desenvolvidos. As relações sociais autogestionadas, nesse caso, exigem coordenação, mas não hierarquização como aponta Motta (1981).

Não podemos, contudo, deixar de reiterar que, dado seu caráter voluntário, não-remunerado, realizando atividades que não se revertem em ganhos financeiros e organizando-se de maneira fluida e libertária, questiona-se o modo como acontecerá a continuidade da CCD. Mesmo que não se possa projetar o futuro nesse sentido, essa discussão é levantada pelos integrantes.

Eu via nas conversas que eu tinha com a Júlia, a CCD muito com prazo de validade. Eu não acho que essa natureza fluida que a gente tem, movediça, consiga permanecer por muito tempo, porque a gente tem que ter tesão de fazer as coisas juntos. É o principal combustível. E no momento que a gente não tem mais, acabou assim (Leandro. Excerto de entrevista em 19 de novembro de 2013).

Quando alteramos o enfoque da forma de se organizar para os conteúdos que são veiculados pela organização, é possível notar características que também sustentam a forma de ser da organização. Tais conteúdos, que exploraremos no item seguinte, dizem respeito às temáticas que reiteram tanto o propósito político e questionador da CCD quanto a intenção em realizar um trabalho libertador e criativo, veiculado por meio dos eventos que realizam.

7. Anarquia Hacker Para Além da Técnica

Determinados eventos realizados pela CCD buscam informar a população sobre a cibercultura, a prática *hacker* e o questionamento da propriedade privada intelectual que, amplamente, se traduz em uma crítica à propriedade privada do conhecimento, o qual seria um “bem” coletivo, já que resulta do esforço de produção de conhecimento de muitas pessoas, tal qual ocorreu na história da criação do *software* livre. Assim, o termo transcende a técnica:

Acho que o *hacker* passou a questão técnica. Ele provou que a técnica foi utilizada só por uma questão de ideia. Cultura do conhecimento livre, do tentar e ... tem muito a ver com ciência. Com a ideia de ciência, de experimentar e analisar, e observar e fazer [...]. A cultura *hacker*, ela entra na cultura do ferramenteiro, de tu desenvolver a gambiarra que precisa (Bruno. Excerto de Entrevista em 5 de dezembro de 2013).

A gente pode falar de cultura digital e pode entrar no escopo da ocupação das ruas que é uma coisa muito... tem sido trabalhado desde muito tempo, mas esse termo de ocupação tem ganhado repercussão em função dos abusos que algumas prefeituras têm feito com áreas da cidade, e tem ignorado completamente as pessoas que tem ido pras ruas para ter seus espaços públicos. E que sejam públicos mesmo, não sejam privatizados e que continuem sendo públicos. Isso é uma forma de ativismo nas ruas que de alguma forma se liga à cultura digital também porque, não só pela questão da contracultura, mas também porque as ferramentas que foram utilizadas para as ocupações passam muito pela Internet, pelo *Twitter*, pelo *Facebook*, mas por outras formas também. Então, é um lado que a própria cultura *copyleft*, da cidade *copyleft* de ser aberta, das pessoas poderem usar, *remixarem* e *hackearem* pra diversos usos. Isso é uma adaptação da cultura livre pra dentro da cidade. Então acho que é onde o gancho da ocupação também entra na cultura digital. [...] É muito da cultura *hacker*, faça você mesmo. Você não tem dinheiro, não tem condições, mas pode fazer. A gente tá dentro do **bloco de carnaval** com esse espírito da cultura *hacker* e eu acho que tem que estar dentro da CCD. É uma questão que permeia, e todo mundo trabalha com cultura digital na

⁶Mesmo que não nos aprofundemos neste ponto, cabe ressaltar que não se devem confundir tais interesses libertários e autônomos, expressos tanto fora quanto dentro da Internet, com doutrinas liberais ou neoliberais, uma vez que estas são propostas diferentes da anarquista.

medida em que as práticas cotidianas de hoje não fazem mais tanto sentido a gente ter uma lei de direito autoral do século XIX. A gente precisa flexibilizar isso, a gente tem que ter licenças mais livre, *commons*, *copyleft* e tal acho que é uma das coisas que liga isso (Leandro. Excerto de entrevista em 19 de novembro de 2013).

Para exemplificar, no caso da CCD, além do bloco de carnaval realizado em fevereiro de 2013 - que teve o propósito de reocupar trajetos da cidade e ressignificar espaços urbanos com arte - outro evento realizado pela CCD em novembro de 2013 tocou na questão dos direitos autorais não somente relacionados aos *softwares*, mas de bens culturais em geral, como livros, pinturas, música, e outras expressões artísticas. Estas expressões, na lógica contrária ao *copyright*, - ou seja, do *copyleft* - poderiam ser utilizadas, *remixadas*, *hackeadas*, reutilizadas pelas pessoas sem que isso causasse danos legais a quem o faz, uma vez que, nessa lógica, o conhecimento como um bem coletivo, deveria ser compartilhado, ao invés de restrito.

A crítica colocada nos exemplos de ressignificação do espaço público pretendem ser, indiretamente, uma crítica ao controle do Estado, pois em primeiro lugar, as ações públicas da CCD não gozaram de aprovação de órgãos estatais, sendo consideradas intervenções livres no espaço público que, inclusive, buscavam questionar o fechamento de ruas e trechos para os pedestres. O exemplo, neste caso, é o Bloco de Carnaval criado pela CCD, o qual transgrediu regras do espaço público.

Além de expressões culturais, entende-se que a própria razão de existência da CCD, ao discutir o que é o sujeito *hacker* e incentivar usos diversos do espaço público, relaciona-se com o anarquismo, como ressalta Bruno em entrevista realizada em 5 de dezembro de 2013.

Temos diferenças práticas de política, mas a ideologia que a gente segue acaba sendo a mesma de todos, que é essas coisas de cultura digital, de liberdade, de anarquismo. Um anarquismo utópico que não existe, que é a ideia da gente conseguir construir uma sociedade anarquista que consiga usar os meios digitais para se auto-gerenciar.

É uma das características da CCD administrar suas atividades por meio da *Internet* e, principalmente, das redes sociais. Este uso acaba sendo ressignificado com pressupostos anarquistas e do *hackerativismo* ressaltando empiricamente o que expusemos teoricamente quanto à relação entre anarquistas e *hackers*, com a ressalva de que abordamos, neste caso, uma expressão relativamente afastada da técnica, mas que utiliza elementos da mesma para sustentar sua ética.

Diante do exposto, cabe tecermos as considerações finais buscando evidenciar as formas anárquicas que se apresentam no contexto organizacional contemporâneo da CCD e que denotam a necessidade de novas (ou nem tão novas) formas organizativas que venham ao encontro da ênfase nas pessoas.

8. Considerações Finais

Buscamos aproximar elementos da doutrina proudhoniana com a CCD tendo por pano de fundo as noções da cibercultura que trazem a anarquia para a contemporaneidade. Identificamos essa aproximação tanto na forma de se organizar, quanto nos conteúdos que seus eventos propagam, ainda que compreendamos que não são todos os aspectos desta doutrina que podem ser aproximados, uma vez que o recorte dado neste trabalho se coloca à luz dos dados empíricos dos quais dispomos. Através dos conteúdos propagados e da forma de se organizar, o campo que exploramos apresenta uma recursividade de significados que circulam dentro e fora do ciberespaço. Assim, conteúdos e formas se interpenetram na medida em que os elementos políticos do *hacking* são traduzidos na forma de se organizar. Ou seja, um elemento de certo modo é reflexo do outro.

Ressalvamos que este trabalho, sobretudo, ponderou sobre aspectos organizacionais internos à CCD e seus conteúdos que apenas indiretamente apresentam-se como contestação ao Estado. Neste ponto, não há uma aproximação direta que permita vincular totalmente anarquia à CCD, dado que, na doutrina original, deve haver uma crítica contundente ao Estado, não indireta, mas centrada na possibilidade da não-existência de um ente que a todos governe. Entretanto, a existência formas organizacionais que preservam elementos anarquistas ressignificados pode revelar, para além da crítica ao Estado, que existem leituras divergentes do social (VELHO, 1974), assim como, organizações que buscam afastar-se do *mainstream* veiculando anarquismos travestidos de *hackerativismos*, mesmo que inconsistentes.

Esta inconsistência, em si mesma, não é objeto de crítica neste artigo. Antes, ela revela a necessidade de perguntar o porquê do resgate do anarquismo (ainda que contemporâneo). Qual a razão de notarmos organizacionalmente elementos anarquistas de uma doutrina do século XIX? Esses questionamentos que estão colocados sem a pretensão de serem respondidos aqui; servem como reflexões para o campo de estudos organizacionais e apontam para a necessidade de explorar mais profundamente o fenômeno que se apresenta. Ainda assim, cabe pontuarmos brevemente algumas observações à guisa de considerações finais.

Os elementos anarquistas visualizados estão repaginados com a cultura digital e com o ativismo *hacker*. Assim, mesmo que os assuntos sejam contemporâneos, a busca pela forma de se organizar de modo divergente não é

diferente de outros arranjos organizacionais semelhantes, porém, cujas causas apontam para outras direções que não são o universo digital. Ressignificado contemporaneamente com a dimensão da técnica, da informação, do compartilhamento através de ferramentas computacionais, o questionamento posto na organização não é novo. Novo é apenas o elemento que agrega as pessoas que buscam um espaço privilegiado para expressão de suas criatividade, liberdades, autonomias e utopias de afastamento de uma sociedade moderna onde impera uma heterogestão burocrática.

Não encontrando espaços onde tais anseios possam ser expressos, as pessoas criam, elas mesmas, tais espaços onde o trabalho ocorra de modo mais “livre” e criativo. Por essa razão, a indefinição, o não-planejamento e a busca da horizontalidade estão sempre colocados em face de um “Outro” que define a CCD pelo que ela não é.

Cabe, então, buscar mais ambientes onde o trabalho possa aparecer como expressão da criatividade e do questionamento, uma vez que estes anseios - de certo modo, já expressos na doutrina proudhoniana e em outras organizações - aparecem repaginados, ressignificados (ou até *hackeados*) quase um século e meio depois. Isso mostra que a busca por um trabalho libertador, criativo e que promova auto-realização contínua, apenas modificado em suas formas de expressão e produzindo maneiras de ser e estar no mundo que talvez o ambiente da heterogestão não seja capaz de suprir. Como reflexão final, cabe a pergunta: a utopia humana sobre o trabalho e as organizações livres continua e continuará *ad infinitum* ou encontraremos uma forma alternativa à hierarquia, a centralização do poder, à limitação do ser criativo? Qual será o papel da Administração diante dessa inquietação?

Referências

- ALCADIPANI, R; ROSA, A. R. O pesquisador como o outro: uma leitura pós-colonial do “Borat” brasileiro. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 4, p. 371-382, 2010.
- ALMEIDA, H. M. M. Autogestão: da ideia às práticas. *Revista de Administração de Empresas*, v. 23, n. 1, p. 37-57, 1983.
- BECKER, H. **Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BAKHTIN, M. M. **Os gêneros do discurso**. In: Bakhtin, M. M. Estética da Criação Verbal (Tradução: Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira). São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BANCAL, J. **Proudhon: pluralismo e autogestão**. Brasília: Novos Tempos Editora, 1984.
- BENEITO-MONTAGUT, R. Ethnography goes online: towards a user-centered methodology to research interpersonal communication on the internet. **Qualitative Research**, v. 11, n. 6, p. 716-735, 2011.
- CAVEDON, N. R. “De frente pro crime”: cultura organizacional e socialização dos peritos ingressantes no Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, p. 38-65, 2010.
- CAVEDON, N. R. Modos de enfrentamento da morte violenta: a atuação dos servidores do Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, p. 75-104, 2011.
- CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CLIFFORD, J. **A Experiência Etnográfica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- COHEN, M. D.; MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. A Garbage Can Model of Organizational Choice. **Administrative Science Quarterly**. V. 17, n. 1, Março, pp. 1-25, 1972.
- COLEMAN, E. G. Revoluções Silenciosas: o irônico surgimento do software livre e de código aberto e a constituição de uma consciência legal hacker. In: Leal, O.F.; Hennemann, R.; SOUZA, V. de. **Do Regime de Propriedade Intelectual: estudos antropológicos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.
- FERRAZ, D. L. DA S.; DIAS, P. Discutindo autogestão: um diálogo entre os pensamentos clássico e contemporâneo e as influências nas práticas autogestionárias da economia popular solidária. **Organizações & Sociedade**. V. 15, n. 46, julho-setembro, 2008.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HARDY, C., FACHIN, R. C. **Gestão Estratégica na Universidade Brasileira**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.
- HIMANEN, P. **The Hacker ethic and the spirit of the information age**. New York: Random House, 2001.

- JAIME JÚNIOR, P. Um texto, múltiplas interpretações: antropologia hermenêutica e cultura organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 42, n. 4 p. 72-83, 2002.
- LEMOS, A. **Cibercultura**. *Tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2008.
- LÉVY, P. **A Inteligência Coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. **Ambiguity and Choice in Organizations**. Bergen: Universitetsforlaget, 1976.
- MEDEIROS, A. **Hackers**: entre a ética e a criminalização. Florianópolis: Visual Books, 2002.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes. MISOCZKY, M. C. A. 2011.
- SILVA, J. M. D. A, FLORES, R. K. Autogestão e Práticas Organizacionais: amplificando sinais. *Anais do V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, Anais...*, Belo Horizonte, 2008.
- MOCH, M. K.; PONDY, L. R. The Structure of Chaos: Organized Anarchy as a Response to Ambiguity. **Administrative Science Quarterly**. v. 22, N.2, Jun, pp. 351-362, 1977.
- MOTTA, F. C. P. **Burocracia e Autogestão**: a proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- OLIVEIRA, J. S.; CAVEDON, N. R. **Micropolíticas das Práticas Cotidianas**: Etnografando uma Organização Circence. **Revista de Administração de Empresas**. v. 53, n. 2, mar /abr, p. 156-168, 2013.
- PASSETI, E. Rebeldia e Invenções na Anarquia. **Verve**, V.3, p. 178-188, 2003.
- PROUDHON, J. **De la justice dans la revolution et dans l'église: corpus des oeuvres de philosophie en langue française**. Paris: Fayard, 4 v., 1988.
- PROUDHON, J. **Textos escolhidos**. Seleção e Notas de Guérin, D. Porto Alegre: L&PM, 1983.
- PROUDHON, J. **Filosofia da Miséria**. Tomo I. São Paulo: Editora Escala, 2007a.
- PROUDHON, J. **Filosofia da Miséria**. Tomo II. São Paulo: Editora Escala, 2007b.
- SIMMEL, G. **Questões Sociológicas Fundamentais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SOLE, A.; PHAM, D. Esta imagem da qual somos tão prisioneiros. **Gestão.Org**, v.1, n.1, Janeiro/Junho, 2003.
- REYES. P. **Quando a rua vira corpo**: ou a dimensão pública da ordem digital. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.
- ROTSCHILD-WHITT, J. The Collectivist Organization: an alternative to rational-bureaucratic models. **American Sociological Review**, v. 44, pp. 509-527, 1979.
- VELHO, G. **Desvio e Divergência**: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.
- WOODCOCK, G. **História das Ideias e Movimentos Anarquistas**. v. 1. Porto Alegre: L&PM, 2010.